



Empresa de Planejamento e Logística S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

3º Trimestre de 2021



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No terceiro trimestre de 2021, a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) apresentou considerável evolução em seu resultado comparado ao mesmo período de 2020. Enquanto no terceiro trimestre do ano anterior a companhia havia apurado prejuízo de R\$ 5.275.016 (cinco milhões, duzentos e setenta e cinco mil dezesseis reais), em 2021 apurou lucro no valor de R\$ 8.047.692 (oito milhões, quarenta e sete mil seiscentos e noventa e dois reais), mesmo com a apropriação de despesas consideradas meramente econômicas, tais como depreciação, amortização, provisões e os efeitos da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil sobre o contrato de locação do imóvel para a sede da Empresa.

O faturamento realizado no período contribuiu, consideravelmente, para o alcance do resultado positivo. No período a que se referem estas Demonstrações Financeiras, foram auferidas receitas com a prestação de serviços de elaboração de estudos técnicos, no montante bruto de R\$ 4.191.828 (quatro milhões, cento e noventa e um mil oitocentos e vinte e oito reais), relacionadas às áreas portuárias e aos estudos de planejamento logístico e, ainda, R\$ 13.656.233 (treze milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil duzentos e trinta e três reais) relacionados a estudos e licenciamentos ambientais referentes às concessões rodoviárias.

Tal fato demonstra que a EPL continua trabalhando em sua meta de ampliar a prestação de serviços à sociedade, auferindo receitas para sustentar seu crescimento.

Por fim, ressalta-se que a EPL trabalha como principal fornecedora de serviços para viabilizar o programa nacional de concessões de infraestrutura de transportes, seja por meio de projetos sobre os quais é remunerada por terceiros, seja pelos projetos entregues ao Ministério da Infraestrutura e custeados pelos recursos da União.

Arthur Luis Pinho de Lima

Diretor-Presidente

Marcelo Guerreiro Caldas

Diretor de Gestão

Rafael Antonio Cren Benini

Diretor de Planejamento

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Balanco Patrimonial

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em Reais)



	Nota	30/09/2021	31/12/2020		Nota	30/09/2021	31/12/2020
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	47.978.090	27.554.822	Obrigações com pessoal	16	5.974.182	4.718.246
Créditos a receber	5	6.304.379	-	Tributos Retidos na Fonte	17	567.492	480.726
Acordo de Parceria	6	3.227.225	3.227.225	Fornecedores	18	1.352.870	56.180
Tributos a recuperar	7	3.018.671	556.985	Tributos a recolher	19	2.448.026	3.090
Adiantamento a empregados	8	965.475	241.582	Termo de Execução Descentralizada	6	10.922.836	3.227.225
Adiantamento a fornecedores	18	15.058	-	Arrendamento mercantil	20	2.219.462	2.028.278
Estoques	9	81.783	79.614				
Despesas antecipadas	10	906.558	584.299				
Total Circulante		62.497.239	32.244.527	Total Circulante		23.484.868	10.513.745
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Provisões para contingências	21	2.856.289	3.023.115
Créditos a receber	11	12.706.426	12.706.426	Arrendamento mercantil	20	5.073.011	6.743.520
Depósitos recursais/judiciais	12	664.470	587.958				
Adiantamento para acordos e termos	13	764.561	764.561	Total Não Circulante		7.929.300	9.766.635
Imobilizado	14	8.488.625	10.215.220	Patrimônio Líquido			
Intangível	15	84.744.395	67.194.855	Capital Social	22	139.925.013	113.397.250
Total Não Circulante		107.368.477	91.469.020	Prejuízo Acumulado	23	(28.444.154)	(36.491.846)
				Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	24	26.970.689	26.527.763
TOTAL DO ATIVO		169.865.716	123.713.547	Total do Patrimônio Líquido		138.451.548	103.433.167
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		169.865.716	123.713.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do Resultado

Em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)



	Nota	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020
Receita Líquida		3.711.662	899.051
Custo do Serviço Prestado		(3.021.469)	(210.649)
Resultado Bruto	25	690.193	688.402
Receitas e Despesas Operacionais:			
Pessoal e Encargos	26	(20.917.448)	(25.279.337)
Serviços de Terceiros	27	(5.641.927)	(6.847.767)
Depreciação e Amortização	28	(2.447.765)	(1.982.181)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	29	(238.860)	(1.409.544)
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	30	35.405.582	27.924.590
Total das Receitas e Despesas Operacionais		6.159.582	(7.594.239)
Resultado Financeiro:			
Receita Financeira		2.877.185	1.279.465
Despesa Financeira		(1.040.544)	(62.520)
Total do Resultado Financeiro	31	1.836.641	1.216.945
Resultado Operacional Líquido		8.686.416	(5.688.892)
Outras Receitas e Despesas:			
Outras Receitas		11.261.332	4.444.351
Outras Despesas		(9.457.820)	(4.030.475)
Total de Outras Receitas e Despesas:	32	1.803.512	413.876
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		10.489.928	(5.275.016)
Tributos sobre o lucro:			
Imposto de Renda		(1.779.298)	-
Contribuição Social		(662.938)	-
Total dos Tributos sobre o Lucro	33	(2.442.236)	-
Resultado Líquido do Período	34	8.047.692	(5.275.016)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)



	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Prejuízo Acumulado	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	98.701.677	14.695.573	(29.161.544)	84.235.706
Integralização do Capital AFAC	14.695.573	(14.695.573)	-	-
Resultado Líquido 3º trimestre 2020	-	18.466.577	-	18.466.577
	-	-	(5.275.016)	(5.275.016)
Saldo em 30 de setembro de 2020	113.397.250	18.466.577	(34.436.560)	97.427.267
Saldo em 31 de dezembro de 2020	113.397.250	26.527.763	(36.491.846)	103.433.167
Integralização do Capital AFAC	26.527.763	(26.527.763)	-	-
Resultado Líquido 3º trimestre 2021	-	26.970.689	-	26.970.689
	-	-	8.047.692	8.047.692
Saldo em 30 de setembro de 2021	139.925.013	26.970.689	(28.444.154)	138.451.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)



	Nota	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Subvenção		35.405.582	27.924.590
Termo de Execução Descentralizada		7.695.612	-
Receita de Prestação de Serviços	35	3.947.338	967.957
Ressarcimento de estudos e projetos	35	7.351.853	2.383.298
Receita Aplicação Financeira	35	458.178	723.289
Receita Eventual (multas aplicadas)		4.386	47.676
Recebimento depósito judicial		-	2.163
Devolução de diárias		7.507	16.155
Pessoal e Encargos Sociais da EPL		(23.928.956)	(23.534.524)
Fornecedores		(7.614.170)	(7.396.844)
Depósito Recursal/Judicial		(76.512)	(24.266)
Despesas Tributárias		(3.055.146)	(447.773)
Diárias		(75.231)	(5.958)
Almojarifado e outros pequenos valores		-	(3.260)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	35	20.120.441	652.503
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado		(585.905)	(27.200)
Aquisição Intangível		(13.163.169)	(5.458.612)
Acordo de Parceria		(12.918.789)	(13.110.984)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	36	(26.667.863)	(18.596.796)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital		26.970.689	18.466.577
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento:	36	26.970.689	18.466.577
Aumento líquido de Caixa e equivalentes de caixa		20.423.267	522.284
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		27.554.822	26.677.566
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		47.978.089	27.199.850
		20.423.267	522.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)



	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020
Resultado do exercício	8.047.692	(5.275.016)
Outros valores abrangentes	-	15.605
Resultado abrangente do exercício	8.047.692	(5.259.411)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. – EPL
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2021

1. Contexto Operacional e Impactos Causados pela Covid-19

1.1 Contexto Operacional

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Infraestrutura, nos termos do Decreto nº 9.660 de 01/01/2019, cuja criação foi autorizada pela Lei Federal nº 12.404, de 04/05/2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 19/12/2012. A EPL poderá ainda constituir subsidiária integral, bem como participar como sócia ou acionista minoritária em outras sociedades, desde que essa constituição ou participação esteja voltada para o seu objeto social e que cada investimento esteja vinculado ao plano de negócios, nos termos da legislação vigente, conforme expressamente autorizado pela Lei nº 12.743/2012. Com sede em Brasília/DF, foi constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações.

A EPL tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no País, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. Seu objeto social consiste em:

I - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da infraestrutura, da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroaviário;

II - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias.

O custeio de sua operação é subsidiado pelos recursos provenientes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Esse recurso é destinado, entre outros, ao Planejamento Integrado Da Infraestrutura Nacional De Transportes E Logística, o qual tem como carro chefe o Plano Nacional de Logística (PNL), que indica empreendimentos e investimentos necessários para otimizar a infraestrutura nacional durante período determinado. Os projetos de elaboração do PNL são sucessivos, com vistas a estabelecer um fluxo regular de informações que subsidiarão a elaboração da Política Nacional de Transportes pelo Governo Federal.

Os investimentos em estudos e projetos de longo prazo, que envolvem custos com contratação de terceiros (fornecedores) e normalmente resultam na obtenção de licenças ambientais, são financiados por meio de Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital (AFAC). As receitas oriundas de tais investimentos são reconhecidas quando do ressarcimento da licença ambiental pelo licitante adjudicatário da concessão de rodovia promovida pelos clientes da EPL. Além disso, a EPL possui receitas próprias advindas da prestação de serviços técnicos de engenharia e diagnósticos logísticos.

1.2 Impactos Causados pela Covid-19

Tendo em vista os impactos sociais e econômicos causados pela Covid-19, a Diretoria Executiva deliberou sobre as providências necessárias para garantir a saúde e segurança de todos os colaboradores e a continuidade das operações da empresa. As medidas de precaução adotadas mantiveram baixa a taxa de infecção por COVID-19 de seus colaboradores no período.

No terceiro trimestre houve maior realização de receitas relacionadas a processos licitatórios, mas não se descarta, mesmo com impacto menor, a possibilidade de adiamentos de leilões de arrendamento e/ou concessões que podem ocorrer devido à pandemia.

A EPL continua realizando suas atividades com recebimento de subsídios para despesas de custeio e investimentos realizados pela União a título de adiantamento para futuro aumento de capital. Além disso, obteve no período receitas próprias advindas da prestação de serviços de elaboração de estudos técnicos.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia.

2.1. Declaração de conformidade

A EPL integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total em relação ao Orçamento Geral da União - OGU, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964. Em relação à apresentação das Demonstrações Financeiras, consideram-se os aspectos societários da Lei nº 6.404/1976 com as alterações promovida pela Lei nº 11.638/2007. No mais, a EPL é regida pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016, pelo Decreto n.º 8.945, de 27/12/2016, e demais legislações aplicáveis a empresas estatais.

As demonstrações contábeis fundamentam-se de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs"), emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB, as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP, as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), incluindo também as normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias e com as normas internacionais IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitidas pelo IASB, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Essas informações intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 e devem ser lidas em conjunto.

As informações de notas explicativas que sofreram alterações em comparação a 31 de dezembro de 2020 foram apresentadas integralmente nestas informações trimestrais.

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3. Adoção CPC 06(R2) – Arrendamentos (IFRS 16)

A segunda revisão do CPC 06 – Arrendamento Mercantil, trouxe novo entendimento acerca da contabilização dos contratos de arrendamento. Em essência, dispõe que se o arrendatário estiver assumindo substancialmente todos os direitos e riscos associados ao bem deve registrar o ativo e o passivo envolvido. O arrendatário pode optar por não efetuar o reconhecimento apenas quando o arrendamento é de curto prazo ou o ativo subjacente é de baixo valor.

Na data de início de um contrato de arrendamento o arrendatário deve reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, mensurando referido passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data. As despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso são reconhecidos separadamente.

O passivo de arrendamento deve ser reavaliado na ocorrência de determinados eventos, tais como renovação do contrato, alterações de índices ou taxas utilizadas para o cálculo do valor presente do arrendamento. Via de regra, o valor da revisão do passivo de arrendamento será reconhecido em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Em 31 de dezembro de 2020, a EPL reconheceu a aplicação do CPC 06 (R2) sobre o contrato de aluguel referente ao seu imóvel Sede, cuja prorrogação do prazo do contratual e supressão do valor mensal devido foi firmado por meio de termo aditivo em 30 de agosto de 2019, com vigência de 01 de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2024. A adoção foi realizada com a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial (data da renovação do contrato), considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento, não havendo reapresentação de informação comparativa.

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de 12,9% ao ano, obtida no principal banco no qual a Empresa possui relacionamento. A adoção inicial, demonstrada no quadro a seguir, não impactou o patrimônio líquido:

	31/12/2020
Ativo	
Imobilizado Direito de Uso	11.141.936
Passivo	
Arrendamento mercantil - circulante	4.398.417
Arrendamento mercantil - não circulante	6.743.519
Total Passivo	11.141.936

A empresa optou por não reconhecer o direito de uso e o passivo de arrendamento relacionados a bens de baixo valor. Neste caso, a despesa de arrendamento é reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato.

3. Principais Práticas Contábeis

- a) As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa;
- b) O caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, bancos contas movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata;
- c) As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento;
- d) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, pelos rendimentos, variações monetárias, encargos incorridos e provisões para perdas, adotando-se para apropriação índices ou taxas oficiais, bem como os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização;
- e) Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a doze meses estão classificados como itens não circulantes;

- f) As provisões para contingências são constituídas tendo como base a opinião da Procuradoria Jurídica da EPL (PROJUR), quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- g) Os estudos e projetos em andamento são registrados tendo em vista o disposto no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/09/2021	31/12/2020
Recurso Aplicado	24.575.079	10.352.226
Rendimento	10.582.000	10.170.588
Aplicação Financeira	35.157.079	20.522.814
310 - Pagamento de Pessoal	1.390.149	1.605.354
400 - Custeio/Investimento - c/ Exigência de Empenho	10.615.133	5.396.729
510 - Custeio Pagamento de Pessoal/Auxílio	108.386	29.925
307 - Outros Pagamentos de Pessoal - SIAPE	76.451	-
309 - Pessoal Requisitado	68.678	-
409 - Emendas Resultado	561.191	-
412 - Pagamento de Cartão de Crédito	1.023	-
Tesouro Limite de Saque	12.821.011	7.032.008
Total Caixa e equivalentes de caixa	47.978.090	27.554.822

Os valores de aplicação financeira são oriundos dos recursos obtidos por meio da prestação de serviços técnicos de engenharia e das transferências de licenças ambientais aos licitantes adjudicatários de leilões promovidos pelos seus clientes.

Estes recursos são aplicados em fundos de investimento extramercado da Caixa Econômica Federal em conformidade com a Resolução do Bacen nº 3.284/2005. Sua utilização depende de aprovação por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA. Em janeiro de 2021 foram aplicados os recursos arrecadados no segundo semestre de 2020, no valor de R\$ 4.796.086,60 (quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil oitenta e seis reais e sessenta centavos). Ademais, nos meses de maio, agosto e setembro foram aplicados R\$ 11.303.573 (onze milhões, trezentos e três mil, quinhentos e setenta e três reais) de recursos oriundos basicamente da prestação de serviços de estudos portuários, ambientais e diagnósticos logísticos. A movimentação financeira da aplicação está demonstrada a seguir:

Instituição Financeira	Saldo em 31/12/2020	Aplicação	Reaplicação de resgates	Rendimento	IRRF sobre Rendimento	Resgate	Saldo em 30/09/2021
Caixa Econômica Federal	20.522.814	16.099.660	2.024.997	458.177	(46.765)	(3.901.804)	35.157.079
Total	20.522.814	16.099.660	2.024.997	458.177	(46.765)	(3.901.804)	35.157.079

Já o valor registrado a título de limite de saque trata-se do estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central de programação financeira, para atender as despesas com vinculações de pagamentos divididas nas categorias apresentadas.

5. Créditos a receber

	30/09/2021	31/12/2020
Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A	6.304.379	-
Total Ativo Circulante	6.304.379	-

Valor a receber referente ao trabalho técnico realizado pela obtenção de licenças e autorizações ambientais previstas no Contrato de Concessão da Rodovia BR- 101/290/386/448/RS, celebrado entre União e Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

6. Acordo de Parceria e Termo de Execução Descentralizada

	30/09/2021	31/12/2020
Acordo de Parceria	3.227.225	3.227.225
Total Ativo	3.227.225	3.227.225
Termo de Execução Descentralizada nº 001/2020	3.695.156	3.227.225
Termo de Execução Descentralizada nº 001/2021	3.067.037	-
Termo de Execução Descentralizada nº 002/2021	4.160.643	-
Total Passivo	10.922.836	3.227.225

Em 2020, a EPL recebeu o montante de R\$ 3.227.224,77 (três milhões, duzentos e vinte e sete mil duzentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos) referente ao Termo de Execução Descentralizada nº 01/2020, com vigência de 03/11/2020 a 03/11/2021, cedido pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP) do Ministério da Infraestrutura (MINFRA). O Objeto é a contratação de consultoria técnica para apoio ao encerramento da Concessão relativa à ligação rodoviária internacional entre os municípios de Santo Tomé (Argentina) e São Borja (Brasil), incluindo o Centro Unificado de Fronteira (CUF), complexo alfandegário e aduaneiro, bem como realização de avaliação econômico-financeira decorrente do encerramento do Contrato Internacional de Concessão. Referido montante foi aportado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o qual realizará os trabalhos sob acompanhamento da EPL. Dessa forma, houve o registro de um ativo pelo adiantamento ao PNUD bem como de um passivo pelo TED a comprovar recebido pela EPL. Em relação ao referido TED, cumpre mencionar que o aumento de valor ocorreu em função do primeiro Termo Aditivo, firmado em 14/06/2021, com vigência de 14/06/2021 a 14/11/2021.

Em 2021, a EPL recebeu outros valores a título de TED, também cedidos pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP) do Ministério da Infraestrutura (MINFRA), os quais possuem por objeto:

TED nº 01/2021: Contratação de pessoa jurídica para realização de consultoria técnica especializada visando a realização de avaliação independente do cumprimento das obrigações assumidas no termo aditivo da relicitação, das condições econômico-financeiras da Concessionária BR-040 S.A -VIA040, e a certificação do cálculo dos valores de indenização devidos à concessionária, relativos aos investimentos vinculados a bens reversíveis não depreciados ou amortizados, conforme as especificações e as condições constantes deste Termo de Referência, bem como a prestação de apoio técnico especializado no acompanhamento do processo de relicitação, em especial o processo de transição operacional e dos ativos, e o cumprimento das obrigações assumidas no Termo Aditivo. Vigência: 29/07/2021 a 29/07/2022.

TED nº 02/2021: Contratação de consultoria técnica especializada para realização de avaliação do cumprimento das obrigações assumidas no termo aditivo da relicitação, das condições econômico-financeiras da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S .A. - MSVIA, e a realização do cálculo dos valores de indenização devidos à concessionária, relativos aos investimentos vinculados a bens reversíveis não depreciados ou amortizados, conforme as especificações e as condições constantes deste Termo de Referência, bem como a prestação de apoio técnico especializado, com transferência de conhecimento, no acompanhamento do processo de relicitação, em especial o processo de transição operacional e dos ativos, e o cumprimento das obrigações assumidas no Termo Aditivo. Vigência: 29/07/2021 a 29/07/2023.

7. Tributos a Recuperar

	30/09/2021	31/12/2020
IRPJ/CSLL Estimativa (i)	2.403.055	-
INSS (ii)	352.704	344.077
Saldo Negativo IRPJ/ CSLL (i)	260.487	-
IRRF Retido na Fonte Sobre Aplicação Financeira (iii)	2.425	179.143
IRRF s/ Faturamento (iv)	-	20.259
CSLL s/ Faturamento (iv)	-	13.506
Total	3.018.671	556.985

O saldo atual refere-se:

- i) aos pagamentos de estimativas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurados sobre o lucro de 2021 e aos valores a recuperar destes mesmos tributos referentes aos anos-calendários 2019 e 2020,
- ii) à contribuição previdenciária paga a maior na competência de 12/2012, a qual teve seu pedido de restituição deferido pela Receita Federal do Brasil em 04/02/2020, mediante Despacho Decisório nº 0225/2020 da Divisão de Orientação e Análise Tributária;
- iii) ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicação financeira; e
- iv) aos impostos retidos sobre o faturamento.

8. Adiantamento a Empregados

	30/09/2021	31/12/2020
Adiantamento 13º Salário	795.215	79.177
Adiantamento de Férias	140.952	147.740
Outros Valores	29.308	14.665
Total	965.475	241.582

Os adiantamentos de férias e 13º salário são concedidos em consonância com a legislação trabalhista. A EPL realizou o pagamento da primeira parcela do 13º salário em junho/2021, conforme prazo estipulado pelo governo federal.

9. Estoques

	30/09/2021	31/12/2020
Almoxarifado	81.783	79.614
Total	81.783	79.614

Estoques referem-se aos materiais de consumo adquiridos para utilização na manutenção e operação da EPL no âmbito da infraestrutura física e administrativa composto, basicamente, por materiais de escritório e demonstrado pelo custo médio de aquisição.

10. Despesas Antecipadas

	30/09/2021	31/12/2020
Assinaturas anuais	679.582	442.553
Seguros de Responsabilidade Civil	125.282	71.590
Condomínio	66.834	65.060
IPTU	29.764	-
Outras Despesas Antecipadas	5.096	5.096
Total	906.558	584.299

Referem-se a despesas pagas antecipadamente que serão apropriadas na medida da ocorrência do gasto. Destacam-se no período as assinaturas de softwares como serviço pela vigência de 12 meses.

11. Créditos a Receber

	30/09/2021	31/12/2020
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A	4.679.708	4.679.708
Concessionária BR 040 S/A	8.026.718	8.026.718
Total Não Circulante	12.706.426	12.706.426

O saldo a receber das empresas Concebra e Concessionária 040 refere-se a transferências das licenças ambientais às concessionárias vencedoras do Leilão de Concessão da Rodovia BR-040/DF/GO/MG e da

Rodovia BR-153/262/MG/GO por meio do Contrato de Concessão do Edital nº 004/2013 parte VII e nº 006/2013 parte VII, firmado entre as referidas Concessionárias e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, poder concedente.

Todas as tratativas de cobrança administrativa já foram esgotadas, sendo incluso os respectivos devedores no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, bem como instaurado o procedimento de cobrança judicial.

Com base no posicionamento da PROJUR o risco de perda dos valores é classificado como possível; portanto, não houve a necessidade de constituição de provisão para perda. Não obstante, os respectivos montantes foram classificados como ativo não circulante tendo em vista a opinião da PROJUR no sentido de que, pelas inúmeras variáveis que incidem sobre os processos judiciais, especialmente a pandemia causada pela Covid-19, não ser possível indicar um prazo estimado para o recebimento das importâncias perseguidas.

12. Depósitos Recursais

	30/09/2021	31/12/2020
Depósito Recursal	374.060	297.548
Depósito Judicial	290.410	290.410
Total	664.470	587.958

Os depósitos recursais são efetuados para interposição de recursos em ações trabalhistas pela EPL, como forma de garantia parcial da condenação imposta. O depósito judicial refere-se a uma decisão liminar proferida em uma ação civil pública trabalhista, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, que requereu que a EPL, como devedora subsidiária, procedesse ao pagamento da garantia dos valores discutidos na ação. A responsabilidade da EPL decorre em razão de a empresa ter sido a tomadora dos serviços terceirizados prestados pela empresa Axiomas Brasil Pesquisa, Cursos e Consultoria Ltda. O montante registra-se no Ativo Realizável a Longo Prazo levando-se em consideração a opinião da PROJUR de não ser possível indicar um prazo estimado para o recebimento das importâncias perseguidas.

13. Adiantamento para Acordos e Termos

	30/09/2021	31/12/2020
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	764.561	764.561
Total	764.561	764.561

Refere-se ao valor repassado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio do Termo de Execução Descentralizado nº 01/2016, o qual será baixado quando da apresentação da prestação de contas à EPL.

14. Imobilizado

BENS MÓVEIS	Custo de Aquisição	Taxa de Depreciação %	Depreciação Acumulada até 31/12/2020	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciação do Período	Saldo em 30/09/2021
Computadores e Periféricos	7.390.850	20%	(7.375.881)	14.969	585.905	(66.973)	533.901
Equipamentos Energia Elétrica	2.521.846	10%	(1.875.139)	646.707	-	(189.139)	457.568
Mobiliário em Geral	2.396.255	10%	(1.774.050)	622.205	-	(179.719)	442.486
Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	1.208.818	10%	(623.435)	585.383	-	(181.323)	404.060
Equipamentos de Telecomunicação	250.950	20%	(250.950)	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	197.455	10%	(68.127)	129.328	-	(14.809)	114.519
Outros Bens de Uso Duradouro	76.968	10%	(54.006)	22.962	-	(5.773)	17.189
Biblioteca	25.959	10%	(12.491)	13.468	-	(1.947)	11.521
Aparelhos	14.216	10%	(8.713)	5.503	-	(1.066)	4.437
Aparelho de Medição e Orientação	3.200	10%	(3.200)	-	-	-	-
Utensílio de Copa e Cozinha	6.151	10%	(2.209)	3.942	-	(461)	3.481
Total Bens Móveis	14.092.668		(12.048.201)	2.044.467	585.905	(641.210)	1.989.162
Direito de uso (a)	11.141.936		(2.971.183)	8.170.753	-	(1.671.290)	6.499.463
Total Bens Imóveis	11.141.936		(2.971.183)	8.170.753	-	(1.671.290)	6.499.463
Total Imobilizado	25.234.604		(15.019.384)	10.215.220	585.905	(2.312.500)	8.488.625

(a) Direito de uso reconhecido conforme norma CPC 06 (R2). O passivo correspondente está descrito na nota 19. Prazo de depreciação conforme vigência do contrato.

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição. Considerando o objeto social da EPL – estudos e pesquisas – seu patrimônio próprio tangível refere-se, basicamente, a bens móveis, tais como mobiliário em geral, computadores e periféricos, equipamentos de energia elétrica e de vídeo. Sendo assim, optou-se, desde a abertura da empresa no ano de 2012, a depreciar tais bens pelo método linear, aplicando-se as taxas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil (RFB).

A fim de verificar a necessidade de mudança de estimativa contábil, conforme determinado pelo § 3º, II, art. 183 da Lei 6.404/1976 e pelos Pronunciamentos Técnicos Contábeis CPC 27 (Ativo Imobilizado) e CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), em 2017 a EPL contratou a empresa MAKE – Consultoria Ltda., a qual baseou seu Laudo de Avaliação Patrimonial nos preços de mercado básico de 30 de junho de 2017.

Em 18 de agosto de 2017, a empresa em tela emitiu o respectivo Laudo no qual constatava que o ativo imobilizado da EPL importava em R\$ 11.458.076,37 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setenta e seis reais e trinta e sete centavos), enquanto que o valor contábil registrado consistia em R\$ 4.880.140,42 (quatro milhões, oitocentos e oitenta mil, cento e quarenta reais e quarenta e dois centavos).

Considerando que o valor da avaliação, conforme Laudo apresentado, foi superior ao valor residual dos bens contabilizados pela EPL, não houve perda de valor patrimonial. Portanto, não houve a necessidade de ajustes contábeis em seu Balanço Patrimonial, conforme dispõe o CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

Diante do exposto, a administração da entidade, após avaliar o custo benefício de contratar anualmente uma empresa especializada para emissão de laudo acerca da avaliação de bens patrimoniais móveis, manteve a opção de anualmente analisar a necessidade da contratação, tendo como parâmetro precípuo de avaliação a representatividade do valor dos bens móveis perante o ativo total da empresa, o qual, em 30 de setembro de 2021, representa apenas 1,17% (um vírgula dezessete por cento).

15. Intangível

Contrato	Rodovia	Saldo em 31/12/2020	Investimentos no Período	Baixa / Amortização	Saldo em 30/09/2021
01/2019 - Acordo IFC	Anel de Integração	25.636.557	12.918.789	-	38.555.346
12/2013 - STE	BR-116	6.502.864	-	-	6.502.864
05/2019 - MRS	EF-170	5.417.894	1.071.334	-	6.489.228
13/2017 - IFC	BR-153/080/414/TO/GO BR-116/101/SP/RJ (Dutra) BR-040/495/MG/RJ (Concer) BR-116/493/RJ/MG (CRT)	4.440.668	9.735.197	(888.973)	13.286.892
11/2018 - Egis/ Engemin	BR/364/MT/RO	3.799.632	-	-	3.799.632
16/2015 - MRS	BR-156/476/282/480	2.873.506	707.350	-	3.580.856
17/2015 - MRS	BR-364	2.655.207	-	-	2.655.207
32/2013 - PROSUL	BR-101/324/367	2.606.158	-	-	2.606.158
03/2018 - Ecossistema	BR 040	770.556	-	-	770.556
11/2020 - Consórcio Demarest	Porto Organizado de Itajaí - SC	-	839.872	-	839.872
02/2021 - Consórcio Modelador SHAS	BR-155/158/MT/PA BR-135/316/MA BR-163/MS	-	205.111	-	205.111
03/2021 - Consórcio Modelador SHAS	BR-060/153/262/DF/GO/MG BR-040/DF/GO/MG	-	209.923	-	209.923
Estudos e Projetos em Andamento		54.703.042	25.687.576	(888.973)	79.501.645
09/2014 - PROFILL - LP nº 553/2017	BR-153/GO/TO	4.117.150	-	(3.672.758)	444.392
31/2017 - MRS - LP nº 624/2020	BR-386/RS	3.412.570	573.433	(3.986.003)	-
15/2014 - PROSUL - LP nº 639/2020	BR-262/MG	2.957.063	-	-	2.957.063
Licença Ambiental		10.486.783	573.433	(7.658.761)	3.401.455
Licenças e Softwares T.I		12.207.843	-	-	12.207.843
(-) Amortização - taxa 20%		(10.202.813)	-	(163.735)	(10.366.548)
Cessão de Uso de Programas de Informática		2.005.030	-	(163.735)	1.841.295
Total		67.194.855	26.261.009	(8.711.469)	84.744.395

Os valores registrados no intangível referem-se aos bens e direitos incorpóreos destinados às atividades da entidade e à elaboração de estudos e projetos vinculados ao objeto social da EPL.

O intangível relativo aos estudos e projetos, bem como às licenças ambientais disponíveis para cessão, são registrados em conformidade com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, o qual preceitua que a amortização deve iniciar a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso e cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda.

Dentre os estudos, destaca-se o valor de R\$ 38.555.346 (trinta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais) do Acordo de Parceria nº 01/2019, o qual fora celebrado entre a EPL e a International Finance Corporation – IFC. A IFC, membro do Grupo do Banco Mundial (World Bank Group), é uma instituição financeira internacional, com a qual o Brasil mantém parcerias. Possui experiência comprovada nas áreas de concessão, privatização e reestruturação de sociedades e serviços públicos em vários setores, incluindo o setor de rodovias federais, visando a melhoria da infraestrutura e do acesso aos serviços básicos à população.

O presente Acordo, cujo montante acordado é de R\$ 62,6 milhões, tem por objeto a celebração de parceria para o planejamento e a estruturação de projetos de desestatização, os quais consistem em um programa de concessões comuns no setor rodoviário, de titularidade da União Federal e do Estado do Paraná, que serão delegadas à União, totalizando aproximadamente 4 (quatro) mil quilômetros de rodovias, localizadas no âmbito do chamado "Anel de Integração", bem como outras rodovias adjacentes, e que serão delegadas à iniciativa privada pela União ("Poder Concedente"), por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O referido Acordo possui por objeto a estruturação de projetos com vistas a ressarcimentos dos valores dispendidos pelos licitantes adjudicatários. Tal previsão consta na cláusula primeira, subitem 1.2, do mencionado Acordo: "os recursos necessários para implementação do Projeto serão suportados pelas Partes [...], sendo ressarcidos pelos licitantes adjudicatários".

Devido aos ressarcimentos obtidos no período, foram baixados como custo de alienação de ativo intangível o montante R\$ 8.547.734 (oito milhões, quinhentos e quarenta e sete mil setecentos e trinta e quatro reais).

Em relação à taxa de amortização dos softwares foi utilizado o mesmo critério do ativo imobilizado: taxas estabelecidas pela RFB e avaliação do custo benefício de contratar anualmente uma empresa especializada para emissão de laudo acerca da avaliação de bens patrimoniais. Destaca-se que o valor de mercado dos softwares da EPL, apresentados no Laudo de Avaliação mencionado na nota explicativa acerca do ativo imobilizado, importava em R\$ 3.345.349,50 (três milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), ao passo que o valor líquido contábil registrado importava em R\$ 3.141.074,80 (três milhões, cento e quarenta e um mil, setenta e quatro reais e oitenta centavos). Em 30 de setembro de 2021, os softwares representam apenas 1,08% (um vírgula oito por cento) do total do ativo da EPL.

16. Obrigações com pessoal

	30/09/2021	31/12/2020
Ordenados e Salários a Pagar	1.406.033	1.573.818
Provisões de Férias e 13º Salário	3.940.296	2.659.815
INSS/CPSS Patronal	439.462	426.116
FGTS a recolher	129.928	-
Pensão Alimentícia/Empréstimo Consignado/outros	58.463	58.497
Total	5.974.182	4.718.246

O regime jurídico do pessoal da EPL é o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), exceto para os casos de servidores e empregados públicos cedidos ou requisitados de órgãos ou outras empresas públicas, para os quais é mantido o regime da entidade de origem.

As provisões das obrigações sociais e trabalhistas sobre a folha de pagamento são constituídas em função dos períodos aquisitivos dos empregados, acrescidas dos encargos sociais incidentes até o encerramento do período.

17. Tributos Retidos na Fonte

	30/09/2021	31/12/2020
Tributos Retidos sobre Folha de Pagamento	440.737	456.218
Tributos Retidos sobre Nota Fiscal	126.755	24.508
Total	567.492	480.726

Referem-se aos valores de tributos retidos na fonte sobre a folha de pagamento, bem como sobre as aquisições de serviços de terceiros.

18. Fornecedores

	30/09/2021	31/12/2020
Adiantamento a Fornecedores	15.058	-
Total Ativo	15.058	-
Licenças de Software	404.736	-
Aluguel de Bens Imóveis	263.493	-
Tecnologia da Informação	233.960	-
Estudos e Projetos	158.550	-
Outros serviços	292.131	56.180
Total Passivo	1.352.870	56.180
Saldo a pagar	1.337.812	56.180

Consistem nos compromissos assumidos com fornecedores pela EPL, até a data das demonstrações. Os saldos são liquidados no mês subsequente ao da entrada da nota fiscal.

Principais fornecedores com saldo a pagar:

	30/09/2021	31/12/2020
PTV do Brasil Imp. licenças e Suporte de Software Ltda	396.609	-
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	263.493	-
Hepta Tecnologia e Informática Ltda	178.092	-
MRS Estudos e Projetos	158.550	-
Centro Empresarial Parque da Cidade	71.930	-
Outros fornecedores	284.196	56.180
Total	1.352.870	56.180

Os dispêndios com estudos e projetos ocorrem na medida em que os fornecedores entregam os estudos dispostos no cronograma do plano de trabalho. A relação dos contratos destes fornecedores pode ser verificada na nota explicativa 15 - Intangível.

19. Tributos a Recolher

	30/09/2021	31/12/2020
IRPJ	1.779.299	-
CSLL	662.938	-
PIS	809	433
COFINS	4.980	2.657
Total	2.448.026	3.090

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) referem-se à provisão constituída sobre o resultado do 3º trimestre de 2021. A Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foram apurados sobre as receitas de aplicação financeira de setembro/2021.

20. Arrendamento Mercantil

Na tabela abaixo apresenta-se os pagamentos mínimos de arrendamento considerando-se a data da adoção inicial em 01 de janeiro de 2019, porém o efeito em resultado foi apresentado no exercício de 2020:

Fluxo de Pagamentos	
2019	1.053.973
2020	3.161.920
2021	3.161.920
2022	3.161.920
2023	3.161.920
2024	2.107.947
(-) Encargos financeiros futuros	(4.667.664)
Valor presente dos pagamentos mínimos	11.141.936
Circulante	4.398.417
Não Circulante	6.743.519
Total Passivo	11.141.936

O passivo correspondente ao reconhecimento do arrendamento está relacionado ao contrato de locação do imóvel Sede da EPL.

Abaixo demonstramos a movimentação do arrendamento:

	30/09/2021	31/12/2020
Saldo inicial em 31/12/2019	-	-
Adoção inicial	11.141.936	11.141.936
Pagamentos referentes a 2019	(573.989)	(573.989)
Pagamentos referentes a 2020	(1.796.149)	(1.796.149)
Pagamentos referentes a 2021	(1.479.325)	-
Saldo Final em 30/06/2021	7.292.473	8.771.798
Circulante	2.219.462	2.028.278
Não Circulante	5.073.011	6.743.520
Total Passivo	7.292.473	8.771.798

Demonstra-se no quadro a seguir as prestações não descontadas:

	30/09/2021	31/12/2020
Vencimento das prestações		
2021	790.480	3.161.920
2022	3.161.920	3.161.920
2023	3.161.920	3.161.920
2024	2.107.947	2.107.947
Valores não descontados	9.222.267	11.593.707
(-) Juros embutidos	(1.929.794)	(2.821.909)
Total Passivo arrendamento	7.292.473	8.771.798

21. Provisões para Contingências

	31/12/2020		Ingresso		Baixa		30/09/2021	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Provisões Trabalhistas	10	1.805.352	-	-	-	(166.826)	10	1.638.526
Provisões Cíveis	1	1.217.763	-	-	-	-	1	1.217.763
Total	11	3.023.115	-	-	-	(166.826)	11	2.856.289

As provisões são registradas com base no posicionamento da Procuradoria Jurídica da EPL (PROJUR), em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, onde uma provisão é reconhecida quando é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Além das ações com valores provisionados, há também outras demandas na justiça trabalhista e cível, entendidas pela PROJUR como perda possível. Estas demandas estão avaliadas conforme demonstrado a seguir:

	30/09/2021		31/12/2020	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Causas Possíveis				
Trabalhistas	8	1.306.222	8	1.382.685
Cíveis	4	48.412.149	3	48.362.149
Total		49.718.371		49.744.834

22. Capital Social

	30/09/2021	31/12/2020
Capital Integralizado	139.925.013	113.397.250
Total	139.925.013	113.397.250

A EPL é organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e tem seu capital representado por ações ordinárias nominativas, sendo 100% de titularidade da União. Seu patrimônio é constituído pela integralização inicial do capital, pelos recursos provenientes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União aplicados no custeio de suas atividades, bem como pelos

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) investidos em estudos e projetos de longo prazo.

A última integralização de capital social ocorreu na Reunião Extraordinária da Assembleia Geral, de 20 de abril de 2021. Nesta data foram incorporados ao capital os recursos de AFAC disponibilizados no ano de 2020.

23. Prejuízo Acumulado

	30/09/2021	31/12/2020
Prejuízo Acumulado	(28.444.154)	(36.491.846)
Total	(28.444.154)	(36.491.846)

Os prejuízos acumulados pela EPL devem-se principalmente à apropriação de despesas consideradas meramente econômicas, tais como depreciação, amortização e provisões.

24. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Acionista	Saldo em 31/12/2020	Ingresso	Integralização	Saldo em 30/09/2021
União	26.527.763	26.970.689	(26.527.763)	26.970.689
Total	26.527.763	26.970.689	(26.527.763)	26.970.689

Os recursos recebidos do Tesouro Nacional para aplicação em investimento (estudos e projetos de longo prazo registrados no ativo intangível) são repassados a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e capitalizado até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência.

Em 20 de abril de 2021, a Assembleia Geral aprovou a incorporação ao capital social dos recursos de AFAC disponibilizados durante o exercício de 2020.

25. Resultado Bruto

	30/09/2021	30/09/2020
Estudos de viabilidade técnica	4.191.828	1.013.015
Tributos sobre faturamento		
(-) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	(318.579)	(76.989)
(-) Programa de Integração Social (PIS)	(69.165)	(16.715)
(-) Imposto Sobre Serviços (ISS)	(92.422)	(20.260)
Receita Líquida	3.711.662	899.051
(-) Custo do serviço prestado	(3.021.469)	(210.649)
Resultado Operacional Bruto	690.193	688.402

As receitas da prestação de serviços referem-se às auferidas com as atividades desenvolvidas pelo corpo técnico da EPL, relativas a Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), bem como a elaboração de Diagnósticos Logísticos.

26. Pessoal e Encargos

	30/09/2021	30/09/2020
Remuneração pessoal	(14.767.029)	(17.700.247)
Encargos sobre Remunerações	(3.880.155)	(5.065.372)
Remuneração dirigentes	(726.024)	(971.753)
Alimentação	(791.250)	(743.595)
Auxílio Creche e Assistência Médica	(306.752)	(303.088)
Remuneração conselheiros	(300.637)	(301.757)
Capacitação	(145.601)	(193.525)
Total	(20.917.448)	(25.279.337)

Esta rubrica contempla os gastos com a folha de pagamento dos empregados, inclusive remuneração dos diretores, e outros tais como: alimentação, saúde, transporte e participações em cursos e treinamentos.

27. Serviços de Terceiros

	30/09/2021	30/09/2020
Serviços Técnicos	(3.197.846)	(2.228.866)
Serviços Administrativos	(1.810.909)	(1.509.369)
Condomínio e aluguel torre de resfriamento	(633.172)	(652.519)
Estudos e Projetos	-	(85.573)
Aluguel Sede	-	(2.371.440)
Total	(5.641.927)	(6.847.767)

Consistem nos desembolsos da EPL decorrentes das atividades operacionais.

A rubrica "Serviços Técnicos" contempla, basicamente, desembolsos com contratação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, como a solução de ampliação da maturidade de ambiente computacional, envolvendo a implantação e operação de Central de Suporte Técnico com registro e acompanhamento de serviços especializados e demais serviços correlatos.

A rubrica "serviços administrativos" abrange, substancialmente, desembolsos com serviços continuados de limpeza, recepção, copeiragem, garçom e energia elétrica.

Tendo em vista a adoção do CPC 06(R2) – Arrendamentos, a partir de 31/12/2020 deixou de existir no resultado despesa a título de aluguel da sede, passando a existir a depreciação do direito de uso e a despesa financeira incidente sobre o arrendamento. Dessa forma, para fins comparativos, apresentamos no quadro abaixo os dispêndios com aluguel do imóvel Sede da EPL:

	30/09/2021	30/09/2020
Comparativo Aluguel imóvel sede da EPL	(2.371.440)	(2.371.440)

28. Depreciação e Amortização

	30/09/2021	30/09/2020
Depreciação de Direito de Uso de Bem Imóvel	(1.671.291)	-
Depreciação de Bens Móveis	(612.739)	(574.710)
Amortização de Software	(163.735)	(1.407.471)
Total	(2.447.765)	(1.982.181)

Conforme mencionado na nota explicativa anterior, com a adoção do CPC 06(R2) – Arrendamentos, a partir de 31/12/2020 deixou de existir no resultado despesa a título de aluguel da sede, passando a existir a depreciação do direito de uso de bem imóvel e a despesa financeira incidente sobre o arrendamento.

29. Outras Receitas/Despesas Operacionais

	30/09/2021	30/09/2020
Despesas Tributárias	(198.654)	(110.867)
Diárias e Passagens	(120.157)	(149.081)
Despesa com Material de Consumo	(76.875)	(35.959)
Reversão/constituição de Provisões	156.826	(1.113.637)
Total	(238.860)	(1.409.544)

Dentre as despesas tributárias da EPL inclui-se, basicamente, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, as taxas pagas aos órgãos ambientais para obtenção de licenças e o Imposto sobre Operações Financeiras – IOF incidente sobre a transferência de recursos financeiros referentes ao Acordo de Parceria nº 01/2019, celebrado entre a EPL e a *International Finance Corporation* – IFC.

30. Recursos recebidos do Tesouro Nacional

	30/09/2021	30/09/2020
Repasse recebidos	35.405.582	27.924.590
Total	35.405.582	27.924.590

Representa os valores de subsídios públicos liberados pelo Tesouro Nacional, por meio do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, com o objetivo de prover recursos para o custeio das atividades administrativas da EPL.

31. Resultado Financeiro Líquido

	30/09/2021	30/09/2020
Outras Receitas Financeiras	2.419.008	556.271
Rendimento de Aplicação Financeira	458.177	723.194
(-) Despesas Financeiras	(148.429)	(62.520)
(-) Despesa Financeira Arrendamento	(892.115)	-
Total	1.836.641	1.216.945

As outras receitas financeiras referem-se, basicamente, à atualização financeira dos custos incorridos com a obtenção de estudos e licenças ambientais ressarcidas no período, bem como à contabilização da atualização financeira do INSS a recuperar, deferido pela Receita Federal em 02/2020. A despesa financeira decorre basicamente da apuração de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. Apresenta-se em separado a despesa financeira oriunda de reconhecimento do direito de uso e do passivo de arrendamento da locação do imóvel Sede da EPL, cuja adoção do CPC 06 (R2) ocorreu em 31/12/2020.

32. Outras Receitas e Despesas

	30/09/2021	30/09/2020
Ressarcimento de Licença Ambiental	11.261.332	4.427.603
Custo da Licença Ambiental	(9.457.820)	(4.030.475)
Outros valores	-	16.748
Total	1.803.512	413.876

No período a EPL obteve ressarcimento e remuneração pela realização de estudos e obtenção de licenças ambientais no âmbito dos contratos de concessões das rodovias BR-101/290/386/448/RS e BR-153/414/080/TO/GO.

33. Imposto de Renda e Contribuição Social

	30/09/2021	30/09/2020
Imposto de Renda	(1.779.298)	-
Contribuição Social	(662.938)	-
Total	(2.442.236)	-

No período houve apuração de IRPJ e CSLL nos valores de R\$ 1.779.298 (um milhão, setecentos e setenta e nove mil, duzentos e noventa e oito reais) e R\$ 662.938 (seiscentos e sessenta e dois mil, novecentos e trinta e oito reais), respectivamente.

Em se tratando de valores apurados a título de provisão os saldos são registrados no passivo e as estimativas pagas são registrados no ativo, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

34. Resultado Líquido do Período

	30/09/2021	30/09/2020
Resultado líquido do período	8.047.692	(5.275.016)
Total	8.047.692	(5.275.016)

Os prejuízos acumulados pela EPL devem-se precipuamente à apropriação de despesas consideradas meramente econômicas, tais como depreciação, amortização e provisões. Contudo, apesar das despesas econômicas, a entidade logrou resultado positivo no 3º trimestre de 2021 tendo em vista as receitas próprias obtidas no período.

35. Atividades Operacionais

	30/09/2021	30/09/2020
Receita de Prestação de Serviço	3.947.338	967.957
Receita de Ressarcimento	7.351.853	2.383.298
Receita de Aplicação Financeira	458.178	723.289
Total Receitas Próprias	11.757.369	4.074.544
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	20.120.441	652.503
Posição das Receitas Próprias frente ao Fluxo de Caixa Operacional	58%	624%

Os recursos a título de receitas próprias, obtidos pela EPL, contribuíram consideravelmente para a geração de caixa nas atividades operacionais.

36. Atividades de Investimento e Financiamento

	30/09/2021	30/09/2020
Atividades de Investimento	(26.667.863)	(18.596.796)
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.970.689	18.466.577
Saldo líquido	302.826	(130.219)

Os recursos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) são integralmente aplicados em estudos e projetos que gerarão prováveis benefícios econômicos futuros, por meio do ressarcimento quando da concessão de rodovia promovida pelos clientes da EPL.

37. Quadro Demonstrativo da Composição Salarial da EPL

	Gratificação			Benefícios		
	Menor	Maior	Média	Saúde		Refeição
				Menor	Maior	Média
Conselheiros	3.171	3.171	3.171	-	-	-
Diretores	29.274	29.274	29.274	-	-	429
Demais	5.886	23.545	13.102	120	241	667

Para atendimento do item 17 do CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, divulga-se o quadro de remuneração de pessoal da EPL. Informa-se, ainda, que em caso de exoneração de diretor e ocupantes de Grupo-Direção e Assessoramento Superiores há previsão de remuneração compensatória (quarentena), pelo período de seis meses, que deverá ser previamente autorizada pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

38. Benefícios Concedidos

	30/09/2021	30/09/2020
Auxílio Creche	(63.029)	(70.995)
Auxílio Alimentação	(791.250)	(743.595)
Assistência Médica	(243.723)	(232.093)
Total	(1.098.002)	(1.046.683)

Divulga-se o valor dos benefícios que os colaboradores da EPL receberam no terceiro trimestre de 2021 comparado ao de 2020.

Arthur Luis Pinho de Lima
Diretor-Presidente

Marcelo Guerreiro Caldas
Diretor de Gestão

Rafael Antonio Cren Benini
Diretor de Planejamento

Andreia Alves Pimenta
Contadora
CRC – SC 034016/O-S